

GÉNERO E CORPORIFICAÇÃO NA SOCIEDADE MUNDIAL

Raewyn Connell

RESUMO

O feminismo contestou as ideologias de género conservadoras, realçando a construção social do género, o que suscitou o risco de tratar o género como sendo descorporificado. O género é, efetivamente, integralmente social, mas também é corporificado, dizendo respeito à forma como os corpos reprodutores entram na história da humanidade. A condução do processo de corporificação social é inerentemente política e afetada por mudanças recentes no mundo institucional. Em particular, as relações de género são reformuladas no colonialismo e na globalização pós-colonial, eles próprios processos genderizados. Na reconfiguração do poder, tem vindo a emergir um novo tipo de classe dominante, organizada à escala mundial, e a sua liderança masculinizada é articulada com patriarcados locais na nova economia. O desenfreado poder neoliberal conduz a novos níveis de mercantilização dos corpos e a novos padrões de violência de género. A resistência e a oposição também necessitarão de novas configurações políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Género; corporificação; poder; colonialismo; globalização

Quando se chama os corpos ao debate sobre questões de género, o objetivo é, normalmente, colocar as pessoas no seu lugar. Os homens, dizem-nos, estão condenados, por força dos seus corpos, a sair para caçar mamutes, enquanto as mulheres estão condenadas, em virtude do seu, a ficar nas cavernas a fazer sapatos de bebé a partir da pele de mamute.

Estas ideias merecem ser expostas ao ridículo, mas também têm de ser levadas a sério porque possuem consequências graves. A ideia de que as mulheres são, por natureza, incubadoras não está muito longe da conceção tradicional da Igreja Católica, nem da militância muçulmana, e incentiva a adoção de medidas de controlo dos corpos das mulheres pelo Estado.

Não é, por isso, surpreendente que as feministas de segunda vaga tenham lutado regularmente contra os mitos biológicos sobre as mulheres, insistindo que o género é socialmente construído. As feministas insistiam que apreendemos os nossos papéis sexuais socialmente, com os nossos pais, com as nossas Igrejas, com os meios de comunicação de massa e com os nossos amigos e colegas. Os rapazes, ao serem ensinados a jogar futebol, aprendem agressividade; as raparigas, ao serem-lhes oferecidas bonecas, aprendem a cuidar. E aquilo que é socialmente construído pode ser socialmente reconstruído: está aberto à mudança. A sociologia e a psicologia revelam o processo de definição e aprendizagem de normas de género, enquanto a antropologia e a história revelam que diferentes sociedades produziram ordens de género diferentes.

Esse argumento desempenhou um papel extremamente importante na mudança da compreensão comum do género. Passámos aquilo que designo o horizonte da historicidade, o momento em que se compreende realmente que os nossos arranjos sociais de género não são o nosso destino imutável, pelo contrário; os arranjos sociais de género são realizados através da ação humana e, como todos os assuntos de ordem humana, pertencerão ao passado com a passagem do tempo.

Um exemplo flagrante é o da masculinidade. Nos *media* populares, vigora, atualmente, uma perspetiva generalizada de que a masculinidade está em crise. Os jornalistas e os psicólogos procuram incessantemente novos modelos de masculinidade: metrossexuais, New Lads, o Pai Cuidador, entre outros. Alguns governos desviaram fundos, no setor da educação, de programas focados nas raparigas para programas focados nos rapazes, alguns programas bons, muitos programas obscuros, porém todos eles reveladores de uma consciência de mudança subjacente.

O argumento feminista a favor da construção social do género estava incompleto, contribuindo, muitas vezes, apenas para separar um domínio imutável do corpo do domínio mutável da sociedade, o que, por sua vez, deixou margem para uma reação de direita que reafirmou a dicotomia de género. Os defensores de ideologias antifeministas procuraram uma nova justificação científica, e alguns biólogos — normalmente homens que sabem muito pouco acerca do verdadeiro mundo das relações de género — alinharam no jogo, pronunciando-se acerca do “cérebro masculino” e do “cérebro feminino”. Porém, esta reação não é induzida pela ciência; é induzida pela ansiedade social. É, parcialmente, uma ansiedade agitada pelo êxito do próprio feminismo, sobretudo entre os homens, mas também entre as mulheres. Desde a crise da dívida dos anos 80, esta ansiedade foi amplamente potenciada por outras ansiedades decorrentes da ascensão do fundamentalismo de mercado, da reformulação das economias através do ajustamento estrutural e da nova ordem económica do capitalismo global. No instável e ameaçador mundo novo do novo capitalismo desregulado, não é de admirar que alguns grupos procurem aquilo que lhes é dado como certo: uma ordem de género imutável, decretada por ordem divina ou por ordem da ciência, fixada nos corpos humanos masculinos e femininos. Essa é uma crença superficial, assente na ansiedade, mais do que no consenso cultural, mas pode ser politicamente poderosa — e algumas mulheres morrem por causa dela.

Estes problemas foram manifestamente clarificados ao longo das últimas décadas, a partir do momento em que se começou a perspetivar o género como uma estrutura social e uma característica da vida pessoal (Barbieri, 1992). O género pode ser visto, numa primeira aproximação, como o modo como a conduta, as interações e as instituições sociais se organizaram em relação à reprodução humana. Ou, por outras palavras, os processos de género são aqueles que inscrevem na história os corpos reprodutores e as diferenciações reprodutoras. Os padrões de género mudam ao longo da história, e mudam de forma significativa. Os arranjos são produzidos ativamente, em novas esferas, à medida que novos padrões vão ganhando forma. O setor da informática, por exemplo, é claramente uma área de desigualdade de género, o que constitui um aspeto importante, considerando o lugar central que ocupa nas economias do século XXI. No entanto, ainda mais o era há sessenta anos.

A *condução* dessas mudanças é, inerentemente, um processo político, e é neste processo que o poder se torna claramente visível como uma dimensão de género. A dimensão do poder das relações de género não constitui uma dicotomia marcada na qual os homens se encontram num bloco e as mulheres se encontram noutra bloco separado. Existem várias masculinidades e várias feminilidades na vida social; este é um dos principais resultados da investigação empírica de género realizada por sociólogos (ver, por exemplo, Olavarría, 2009). As relações de poder genderizadas encontram-se interligadas por um complexo terreno de instituições e processos culturais. O género não se encontra, de modo algum, isolado de outros aspetos da vida social. Por conseguinte, as transformações económicas, como a criação de economias industriais ou de redes mundiais de comércio, implicam ações de reconstrução de divisões de trabalho baseadas no género. E as grandes mudanças culturais reconstróem as ideologias de género, por vezes drasticamente.

As instituições políticas, da diplomacia internacional até à burocracia e aos processos eleitorais, possuem sempre dimensões de género. Este aspeto não era muito notório quando os membros dos gabinetes, dos exércitos e das equipas de gestão eram todos homens. Contudo, de facto, uma instituição integralmente masculina é altamente genderizada, e isso evidencia-se no momento em que entra a primeira mulher. A ascensão ao poder da primeira mulher como primeiro ministro da Austrália, Julia Gillard (2010-13), despoletou uma série de ataques misóginos de políticos, dos *media*, de manifestantes e de cartoonistas, entre outros, que não pararam enquanto o seu próprio partido não a abandonou.

Constitui, agora, um lugar comum o facto de o mundo institucional do governo, dos negócios e dos *media* ser uma cena de globalização. O termo tornou-se popular no jornalismo económico dos anos 80 como forma de descrever as estratégias das então designadas corporações multinacionais: aprovisionamento global, financiamento global e marketing global. Nos anos 90, o termo popularizou-se nas ciências sociais como forma de descrever aquilo que era normalmente considerado uma homogeneização cultural mundial inovadora e rápida. A investigação e a crítica feminista começaram pouco depois a explorar o carácter genderizado da globalização (Chow, 2003).

A maioria dos relatos de globalização minimizou as continuidades face à história inicial do imperialismo europeu e norte-americano. Paradoxalmente, os principais centros de cultura globalizada eram os antigos poderes imperiais, e as velhas desigualdades de riqueza persistiram. Com elas, surgiram os padrões de género. Investigação realizada ao longo dos últimos trinta anos no campo da história revelou claramente que a expansão imperial era um processo fortemente genderizado, e as sociedades coloniais criadas no seu encaço também eram marcadamente genderizadas (e.g. Morrell, 2001; Reid, 2007). As separações raciais modernas, um traço distintivo da história do imperialismo, foram suscitadas em estreita interação com os arranjos de género (Viveiros, 2007). A resistência ao colonialismo também assumiu formas genderizadas. Os movimentos nacionalistas baseavam-se, muitas vezes, na mobilização das mulheres, mas eram, normalmente, liderados por homens; e os regimes pós-coloniais assumiam,

frequentemente, a forma de um patriarcado revigorado (Mies, 1986). Não é, por isso, de admirar que as mulheres tenham desempenhado um papel importante na “Primavera Árabe” de 2011, numa época de diversas revoltas contra ditaduras neocoloniais no mundo de língua Árabe. O caráter genderizado da economia mundial e do sistema político contemporâneo não é, por conseguinte, acidental. Antes, resulta de uma longa tradição de relações de poder genderizadas, integradas nas estruturas institucionais das sociedades imperiais e pós-coloniais. Também resulta de uma história de luta porque nenhum destes arranjos foi instituído sem conflito.

Na nossa geração, o grupo de homens mais poderoso do mundo já não é constituído por reis, bispos ou primeiros ministros; antes, é formado por uma oligarquia corporativa internacional que paira sobre os lucros inacreditáveis do capitalismo global, responsáveis apenas para consigo mesmos. A sua ideologia neoliberal fornece o enquadramento da política pública na maior parte dos locais do mundo. Nunca existiu um grupo de governação semelhante. O seu poder e a sua riqueza são, essencialmente, a mesma coisa. Os seus líderes não são rentistas ociosos; trabalham incessantemente como gestores corporativos transnacionais, embora a uma escala de riqueza que permite a muitos dos seus familiares viverem na ociosidade. Os lucros da nova elite provêm de uma série heterogénea de setores — mineiro, petrolífero, informático, bancário, naval, imobiliário, armamento, construção, *media* — ligados através de conglomerados de estruturas corporativas, investimento em portefólios de produtos e setores financeiros cada vez mais complexos.

Isto não é moderno nem pós-moderno, não é industrial nem pós-industrial; é, antes, trans-industrial, sustentando-se na ligação ativa de setores e economias heterogéneas, em configurações que comportam um fluxo de lucro para a propriedade. Libertou-se das ideologias religiosas que, anteriormente, forneciam aos patriarcados locais a legitimação e a contenção: é profundamente secular e absolutamente implacável. O mega-rico corporativo não necessita de exercer pessoalmente o poder estatal, embora alguns dos seus membros ocasionais, como Berlusconi, optem por fazê-lo. A posição política da oligarquia global assenta, antes, noutra gama heterogénea de patriarcados locais que negociam com capital transnacional. Algumas destas elites gerem burocracias de autoritarismo, outras gerem estados pós-coloniais frágeis agregados pela violência, e outros ainda gerem estados liberais que foram implacavelmente reestruturados, até um ponto em que nenhum governo elegível se opõe aos interesses corporativos.

A liderança da oligarquia corporativa é masculinizada. Cerca de 96% dos CEO das 500 maiores empresas transnacionais são homens. Nas “listas dos mais ricos”, todos os acumuladores de grandes fortunas no ativo são homens; as mulheres surgem nestas listas quando herdarem riqueza. Algumas das elites locais de apoio são patriarcados absolutistas: os sauditas, os chineses, os russos. Outros são patriarcados modificados, nos quais as mulheres individuais podem conquistar poder institucional, mas as mulheres em geral não.

A dinâmica que diferencia a era neoliberal do capitalismo social e das estratégias de desenvolvimento de industrialização de substituição das importações (isto é, a estratégia CEPAL) é a expansão incessante da esfera do mercado, esmagando as diferentes lógicas

que anteriormente caracterizavam o estado, a religião, a vida comunitária e a pessoa. Todas elas encontram-se, agora, colonizadas por forças de mercado e reorganizadas de modo a produzir lucro ou a sustentar a obtenção de lucro. Os corpos não são regulados — o que não é novo — mas sim colonizados e sondados relativamente ao seu potencial de lucro. De onde decorre a recolha de órgãos e de tecidos para saúde privada, a corporativização dos alimentos, e, claro, a mercantilização da morte, através da indústria de armamento e da despesa militar que, milagrosamente, sobreviveu ao fim da guerra fria. A uma larga escala, decorre uma colonização/mercantilização dos corpos das mulheres como corpos trabalhadores, corpos sexuais e corpos reprodutores (Harcourt, 2009).

Existe, atualmente, investigação em curso em diversas partes do mundo em vias de desenvolvimento sobre as novas estratégias capitalistas que passaram a ser resumidas como “neoliberalismo” (Connell & Dados, 2014). O neoliberalismo não é mundialmente homogéneo e os seus efeitos sobre o género são complexos. A agricultura de exportação do Chile, ampliada através da estratégia de vantagem comparada do neoliberalismo, arrastou muitas mulheres rurais para o trabalho pago pela primeira vez e perturbou o patriarcado doméstico. O trabalho doméstico transformou-se numa indústria de exportação. As mulheres filipinas e indonésias tornaram-se o ganha-pão das suas famílias como criadas, empregadas domésticas e na assistência a crianças e a idosos, no sudeste e leste asiático, bem como nos estados do Golfo. A brutal reestruturação neoliberal e as tensões sociais criadas através da emigração laboral, das elites predadoras, da falta de infraestruturas e do comércio internacional — quer legal, quer ilegal — pode criar violência social com a natureza devastadora como aquela que se registou no norte do México (Cruz, 2013). Também a violência internacional assumiu novas formas genderizadas. Os governos “ocidentais”, nomeadamente os dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, e os seus apoiantes, como o império jornalístico e televisivo de Murdoch, fizeram, regularmente, da emancipação das mulheres dos regimes misóginos uma justificação para as intervenções militares em países muçulmanos, nomeadamente no Afeganistão e no Iraque. As mulheres estão quase totalmente ausentes dos centros de decisão económica e militar de topo dos países responsáveis por essas intervenções. As invasões são acompanhadas pela construção retórica de uma imagem de masculinidade forte e protetora por parte dos líderes políticos (Messerschmidt, 2010). A ironia inerente ao facto de homens de diferentes regimes patriarcais se matarem mutuamente em nome dos direitos das mulheres é quase insuportável.

Como é que a nova estrutura de poder global pode ser derrubada? Tendo em conta a sua heterogeneidade, não existe um método privilegiado para a enterrar; só pode haver alianças e esse facto exige uma ética de inclusão, não de exclusão. As vanguardas estão obsoletas; um feminismo purificado, no mundo contemporâneo, irá impor os seus próprios limites. São necessários feminismos impuros! E centrífugos nesta matéria. Se a dinâmica do patriarcado global é, agora, integração e consumo, a dinâmica de oposição consiste na mobilização nas periferias, na inspiração em mulheres dos sindicatos, nos movimentos de mulheres indígenas, nos movimentos de direitos fundiários e noutros movimentos sociais menos conhecidos dos círculos das elites da metrópole.

Gostaria de terminar com uma observação sobre a política global do trabalho intelectual feminista (Connell, 2014). Os conceitos e as análises sobre gênero que circulam internacionalmente são provenientes sobretudo de gente pensadora do Norte global. É aqui que se encontra a maior parte do financiamento, o trabalho especializado e o apoio institucional à investigação sobre gênero. O Norte global, enquanto parte integrante de uma longa tradição de divisão global do trabalho é, também, a origem de quase todas as *teorias* de gênero com circulação internacional, o que representa um problema, uma vez que os enquadramentos intelectuais resultam da experiência social nas regiões de onde vêm e onde trabalham as mentes estudiosas, quando a maioria da população mundial vive noutras partes do mundo e possui uma experiência histórica e social diferente.

Estabelecer a ligação entre diferentes experiências feministas de todo o mundo, e estabelecer a ligação entre diferentes abordagens concetuais, é difícil, mas tem-se vindo a tentar (Bulbeck, 1998). Educarmo-nos a nós próprios nesta matéria significa reconhecer uma história do pensamento mais vasta sobre o gênero, incluindo pioneiros como Kartini (2005), nas Índias Orientais Neerlandesas, ou He-Yin Zhen, na mais recente China imperial; significa prestar muita atenção a poderosas teóricas de gênero recentes como Fatima Mernissi (1985), em Marrocos, Heleieth Saffioti (1969), no Brasil, e Bina Agarwal (1994), na Índia. É a partir destes recursos mais ricos que se pode construir uma compreensão mais adequada de gênero e de corporificação, poder e resistência a uma escala mundial.

REFERÊNCIAS

- Agarwal, B. (1994). *A field of one's own: gender and land rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbieri, T. de. (1992). Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociología*, 6, 147-178.
- Bulbeck, C. (1998). *Re-orienting western feminisms: women's diversity in a postcolonial world*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Chow, E. Ngan-ling. (2003). Gender matters: studying globalization and social change in the 21st century. *International Sociology*, 18 (3), 443-460.
- Connell, R. (2014). Rethinking gender from the South. *Feminist Studies*, 40 (3), 518-539.
- Connell, R.; Nour D. (2014). Where in the world does neoliberalism come from? The market agenda in southern perspective. *Theory and Society*, 43 (2), 117-138.
- Cruz Sierra, S., (Ed.) (2013). *Vida, muerte y resistencia en ciudad Juárez*. Tijuana/México D. F.: El Colegio de la Frontera Norte/Juan Pablos Editor.
- Harcourt, W. (2009). *Body politics in development: critical debates in gender and development*. Londres: Zed Books.
- Hyde, J. S. (2005). The gender similarities hypothesis. *American Psychologist*, 60 (6), 581-592.

- Kartini. (2005). *On feminism and nationalism: Kartini's letters to Stella Zeehandelaar, 1899-1903*. Clayton: Monash University Press.
- Mernissi, F. (1985). *Beyond the veil: male-female dynamics in modern muslim society*. Revised edition. Londres: Saqi Books.
- Messerschmidt, J. W. (2010). *Hegemonic masculinities and camouflaged politics: unmasking the Bush dynasty and its war against Iraq*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour*. Londres: Zed Books.
- Morrell, R. (2001). *From boys to gentlemen: settler masculinity in colonial Natal 1880-1920*. Pretória: University of South Africa.
- Namaste, V. (2005). *Sex change, social change: reflections on identity, institutions, and imperialism*. Toronto: Women's Press.
- Olavarría, J. (Ed.) (2009). *Masculinidades y globalización: trabajo y vida privada, familias y sexualidades*. Santiago, Red de Masculinidadi/es Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano and CEDEM.
- Reid, K. (2007). *Gender, crime and empire: convicts, settlers and the state in early colonial Australia*. Manchester: Manchester University Press.
- Saffioti, H. I. B. (1978) [1969]. *Women in class society [A mulher na sociedade de classes]*. Nova York: Monthly Review Press.
- Viveros Vigoya, M. (2007). De diferencia y diferencias. Algunos debates desde las teorías feministas y de género. In LG Arango and Y. Puyana (Eds), *Género, Mujeres y Saberes en América Latina* (pp. 175-190). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Raewyn Connell é Professora Emérita na Universidade de Sydney, e uma das principais cientistas sociais da Austrália. Os seus livros mais recentes são *Southern Theory* (2007), dedicado ao pensamento social no mundo pós-colonial; *Confronting Equality* (2011), sobre política e ciências sociais; e *Gender: In World Perspective* (3.^a ed., com Rebecca Pearse, 2015). Entre outros livros de que é autora, encontram-se *Masculinities*, *Schools & Social Justice*, *Ruling Class Ruling Culture*, *Gender & Power* e *Making the Difference*. O seu trabalho foi traduzido para dezoito línguas. Lecionou em universidades de diversos países, em departamentos de sociologia, ciências políticas e educação, e é membro de longa data do movimento trabalhista e do movimento pacifista. Para mais informações, consultar o seu website www.raewynconnell.net.

E-mail: raewyn.connell@sydney.edu.au

Faculty of Education & Social Work University of Sydney, NSW 2006, Austrália